



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto Lei nº 353/2013


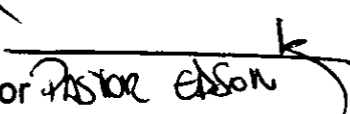
Declara de Utilidade Pública a Aproama - Associação de Proteção aos Animais de Marialva - Amigo Fiel, com sede no Município de Marialva e foro no Foro Regional de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.


**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Aproama - Associação de Proteção aos Animais de Marialva – Amigo Fiel, com sede no Município de Marialva e foro no Foro Regional de Marialva da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2013**



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 01 ABR. 2013

**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº. 103/2013**

Declara de Utilidade Pública o GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA - GAPE, com sede e foro no município de Rolândia.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA - GAPE, com sede e foro no município de Rolândia.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2013.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2013**



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**

**PROJETO DE LEI Nº.**

Declara de Utilidade Pública o GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA - GAPE, com sede e foro no município de Rolândia.

**JUSTIFICATIVA**

O GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA - GAPE consiste em uma entidade com fins sociais, com sede e foro no Município de Rolândia, situada na Rua Orquídeas, 210 no Jd. Novo Horizonte.

Trata-se de um órgão de representação social que visa atender a dependentes químicos e suas famílias, sem fins lucrativos, sem nenhum caráter político partidário, religioso, racial, de forma que seus Dirigentes, Colaboradores, Conselheiros e Associados não possuem nenhuma forma de remuneração conforme constam nas certidões registradas em cartório, de acordo com a exigência da Lei.

Suas finalidades e objetivos são:

- I. Apoiar drogadictos e familiares;
- II. Promoção e assistência à saúde;
- III. Promoção de ação preventiva;
- IV. Proteção à pessoa em situação de risco pessoal e social;
- V. Atendimento ambulatorial;
- VI. Cursos profissionalizantes;
- VII. Promoção da assistência social;
- VIII. Promoção gratuita da educação;
- IX. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e;
- X. Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas acima.

Não possui pendências judiciais e nem no Tribunal de Contas, conforme certidões em anexo.

Desta forma, propomos sua aprovação e pedimos o apoio dos demais parlamentares.

**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 103/2013**

Projeto de Lei nº. 103/2013  
Autor: Deputado Paranhos

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA-GAPE**, com sede e foro no Município Rolândia.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA- GAPE**, com sede no Município de Rolândia e foro no Foro Regional de Rolândia da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


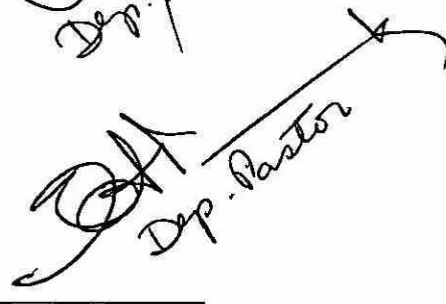
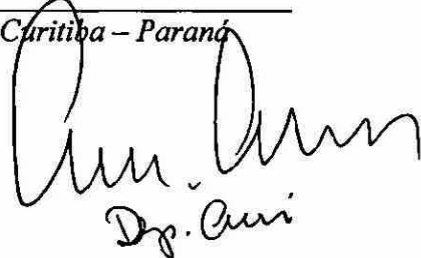
Sala das Comissões, em 10 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

**10/09/13**

  
  
  
**Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 103/2013**

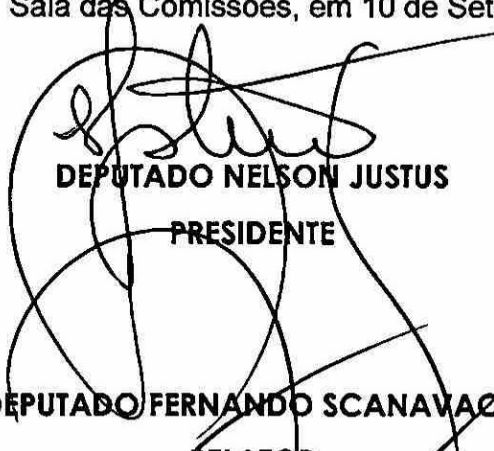
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 103/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública o **GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA-GAPE**, com sede no Município Rolândia e foro no Foro Regional de Rolândia da Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o **GRUPO DE APOIO PROJETO ESPERANÇA-GAPE**, com sede no Município Rolândia e foro no Foro Regional de Rolândia da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10 de Setembro de 2013.

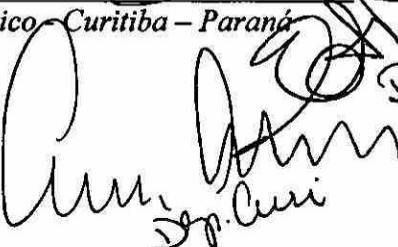
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

10/09/13

  
Dep. Curi

  
Dep. Pastor

  
Dep. Mauricio

  
Dep. Turini

  
Dep. Kampion



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 296/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 09 JUL. 2013  
*[Signature]*  
1º Secretário

**Súmula:** Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a EXPOASA, realizada anualmente no segundo final de semana de junho, no Município de Assaí.

**Art. 1º** Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a EXPOASA – Exposição Agrícola Regional de Assaí, comemorada anualmente no segundo final de semana de junho, no Município de Assaí.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 08 de julho de 2013.

*[Signature]*  
TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual

14:46 09/07/2013 006001 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
*Gabinete Deputado Tercílio Turini*



**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a EXPOASA - Exposição Agrícola Regional de Assaí, realizada anualmente no segundo final de semana de junho, no Município de Assaí.

No Município de Assaí, situado no Norte do Paraná, realiza-se anualmente a EXPOASA, ocorrida este ano nos dias 7 a 9 de junho, com a sua 70ª edição. Foram três dias de muita movimentação no Centro de Eventos Toysaburo Ikeda, com a presença de milhares de pessoas.

A feira mais tradicional do Paraná bateu recorde de público neste ano, o que comprova a sua importância para Assaí e municípios da região. Os visitantes puderam apreciar os mais de dois mil produtos expostos por agricultores de Assaí, conhecer as novidades nas áreas de maquinários, implementos, caminhões e veículos e também se divertir com a extensa programação cultural.

Assaí concentra um grande número de japoneses e descendentes e a EXPOASA trata-se de um momento de integração. Reúne desde os mais experientes produtores rurais, apresentando o fruto do incansável trabalho na lavoura, até a juventude que preserva a história e as tradições de seus pais e avós e também cultiva novas expressões da cultura e das artes.

Esse entrelaçamento de crianças, jovens, adultos e a terceira idade, todos motivados pela marcante característica dos orientais de valorizar o patrimônio cultural e produtivo é de extrema importância para a cultura do Estado.

São 70 anos de Exposição Agrícola, um evento histórico realizado com muito carinho e força de vontade. Cabendo salientar, também, aqueles que

fizeram as primeiras exposições, que plantaram a semente desse valioso evento que projeta Assaí.

A EXPOASA conquista o público porque oferece diversos atrativos. É um excelente local para conhecer um pouco mais da gastronomia, cultura, esportes, artes e música japonesa, sendo um evento para todas as idades.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 296/2013**

Projeto de Lei nº. 296/2013

Autor: Deputado Tercílio Turini.

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a EXPOASA, realizada anualmente no segundo final de semana de junho, no Município de Assaí.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A "EXPOASA". POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a EXPOASA – Exposição Agrícola Regional de Assaí.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 24 setembro de 2013.

DEP. NELSON JUSTUS  
Presidente

DEP. ALEXANDRE CURI  
Relator

APROVADO  
01/10/13



**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador**ANTEPROJETO DE LEI 331/13**

**Súmula:** Autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira - Paraná, por meio de Licitação.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:***

**Art. 1º** Fica a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, autorizada a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis de sua propriedade, localizados no Município de Figueira, registrados na matrícula sob o nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva – Estado do Paraná, abaixo relacionados:

| ITEM | RUA | QUADRA | LOTE | ÁREA LOTE (M²) | ÁREA EDIF. (M²) |
|------|-----|--------|------|----------------|-----------------|
| 1.   | G   | 2      | 9    | 417,00         | 157,15          |
| 2.   | G   | 4      | 2    | 630,00         | 131,08          |
| 3.   | G   | 4      | 3    | 630,00         | 131,08          |
| 4.   | H   | 5      | 2    | 416,00         | 89,10           |
| 5.   | E   | 8      | 1    | 548,83         | 98,75           |
| 6.   | E   | 8      | 4    | 468,00         | 98,75           |
| 7.   | C   | 9      | 11   | 400,00         | 97,50           |
| 8.   | C   | 9      | 13   | 574,87         | 147,87          |
| 9.   | D   | 10     | 2    | 943,43         | 98,75           |
| 10.  | 2   | 10     | 16   | 996,92         | 98,75           |
| 11.  | 2   | 10     | 17   | 982,60         | 147,87          |
| 12.  | H   | 1      | 1    | 649,38         | -               |
| 13.  | E   | 7      | 2    | 867,00         | -               |
| 14.  | E   | 7      | 3    | 892,51         | -               |
| 15.  | E   | 7      | 4    | 892,51         | -               |
| 16.  | E   | 7      | 5    | 892,51         | -               |
| 17.  | E   | 7      | 6    | 892,51         | -               |
| 18.  | E   | 7      | 7    | 1.013,31       | -               |
| 19.  | M   | 9      | 3    | 726,61         | -               |
| 20.  | M   | 9      | 4    | 612,98         | -               |
| 21.  | M   | 9      | 5    | 894,30         | -               |
| 22.  | M   | 9      | 6    | 713,74         | -               |
| 23.  | M   | 9      | 8    | 476,18         | -               |
| 24.  | 1   | 14     | 1    | 12.121,00      | -               |



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

**Art. 2º** As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de julho de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 30 / 07 / 2013.

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**MENSAGEM**

Nº 072 / 2013

Curitiba, 22 de julho de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 05 AGO, 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, localizados no Município de Figueira, registrados na matrícula sob o nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva – Estado do Paraná.

Por ocasião da construção da Usina Termelétrica Figueira, a Copel adquiriu terrenos nas imediações do empreendimento e edificou benfeitorias para atender as necessidades de moradia para empregados, da Companhia e de empreiteiras, que para lá foram deslocados. Posteriormente, esses imóveis foram utilizados por empregados e terceirizados responsáveis pela operação e manutenção da usina.

Em fevereiro de 1997, a Copel deixou de operar aquela usina, transferindo tais atividades à Cia. Carbonífera do Cambuí, nos termos do Contrato nº 2270 de Cessão de Uso de Instalações da Copel, motivo pelo qual a manutenção das residências deixou de ser necessidade para a Copel que, com a transferência da operação, remanejou seus empregados para outras áreas e localidades.

No novo contexto, os imóveis foram desocupados e ficaram vulneráveis a ações de vandalismo e depredações, sujeitos ao desgaste natural e passíveis de invasões, exigindo da Companhia, inclusive, ações de reintegração de posse, com as consequentes despesas e desgaste da imagem corporativa.

Além disso, os imóveis estão em nome da Copel e demandam o necessário pagamento de tributos, como IPTU, taxas, contribuições de melhorias e outros, além das despesas com limpeza e conservação, sob pena de multa por eventuais consequências inerentes aos imóveis abandonados.

Nos termos do artigo 44 do Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, transcrito a seguir, tais bens são vinculados aos serviços de concessão enquanto

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.498.659-3.

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

estiverem cumprindo a finalidade da concessão. Vejamos:

*"Art. 44 A propriedade da empresa de energia elétrica em função do serviço de eletricidade compreende todos os bens e instalações que, direta ou indiretamente, concorram, exclusiva e permanentemente, para a produção, transmissão, transformação ou distribuição da energia elétrica."*

Caso não se cumpra essa finalidade, os bens devem ser alienados, revertendo-se a verba resultante em benefício da concessão. A Resolução nº 20/1999 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autoriza as concessionárias, como a Copel, a desvincular os imóveis considerados inservíveis, dispondo, em seu artigo 1º, sobre o rito a ser observado para que assim ocorra. Vejamos:

*"Art. 1º Autorizar as concessionárias do serviço público de energia elétrica a desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imóveis considerados inservíveis à concessão, nos termos dos arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, alterado pelo Decreto nº 56.227, de 30 de abril de 1965, devendo para tanto constituir dossiê da desvinculação, contendo os seguintes documentos:*

- a) relatório justificando a desvinculação;*
- b) ato da Diretoria aprovando a desvinculação;*
- c) cópia da escritura ou do registro de imóvel;*
- d) planta ou mapa de localização do bem;*
- e) laudo de avaliação emitido por três peritos ou por uma empresa especializada;*
- f) demonstrativo contábil com a composição do custo histórico corrigido e a depreciação, indicando a data de capitalização do bem."*

Por ser esta a justificativa de inservibilidade dos imóveis em apreço para a prestação do serviço público de energia elétrica e a proposição de sua desvinculação e alienação nos termos e no rito sobre o qual dispõe a já citada Resolução nº 20/1999-ANEEL, é que submeto o presente Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 331/13**

**Projeto de Lei nº 331/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 072/2013**

Súmula: Autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira – Paraná, por meio de Licitação.

EMENTA: AUTORIZA A COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS. LICITAÇÃO. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTS 33-A, I E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ART. 65 DA CE. ART. 17, INC. I, DA LEI Nº 8.666/93. ART. 6º, INC. III, DA LEI Nº 15.608/2007. LC Nº 95/98. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. ANÁLISE FAVORÁVEL A APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 072/2013, visa autorizar a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA alienar, por meio de licitação, os bens imóveis de sua propriedade, localizados no Município de Figueira, registrados na matrícula nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva – Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:





**Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior**

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Considerando se tratar de Mensagem do Poder Executivo, cumpre salientar a previsão do artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a qual determina que a iniciativa das leis ordinárias é cabível ao Governador do Estado, conforme adiante transcrito:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**:

**Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

No que tange ao objeto do projeto em tela, imperioso mencionar o que dispõe **Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993**, precisamente, em seu artigo 17, inciso I, conforme segue:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:** (grifo nosso)

Ademais, cumpre ressaltar a **Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007**, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos convênios do Estado do Paraná e que corrobora no mesmo sentido:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

- I – existência de interesse público devidamente justificado;**
- II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**
- III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**
- IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.** (grifo nosso)





Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior

Observa-se que a regra geral para a alienação de bens públicos é a demonstração de interesse público, autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, para, assim, dar legitimidade e validade ao ato administrativo.

Diante disso, perfeitamente possível o presente projeto de lei, que autoriza a alienação dos bens indicados.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
HERMAS BRANDÃO JUNIOR  
RELATOR

APROVADO

20/08/13

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em 28/08/2013

Presidente



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 28/AGO/2013

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 28 de agosto de 2013  
OF CEE/G 139/13

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a retirada do item 24 constante da tabela de que trata o artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 331/2013, submetido à apreciação dessa Assembleia Legislativa mediante a Mensagem Governamental n.º 72, de 22/07/2013.

A presente solicitação justifica-se pelo fato de a Secretaria de Estado da Educação – SEED ter interesse na aquisição do imóvel descrito no mencionado item 24, com o objetivo de construir Escola de Educação Especial destinada a alunos com deficiência intelectual e múltiplas deficiências, conforme documentação anexa.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

GAB.CC/CEE/CEVF/JC



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 331/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 072/13, que objetiva autorizar a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, localizados no Município de Figueira, registrados na matrícula sob o nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiuva – Estado do Paraná.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Hermas Brandão Junior, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob os olhares desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65 e 87 da Constituição Estadual.

No entanto, o Senhor Governador, encaminhou a esta Assembleia Legislativa, o Ofício CEE/G 139/13, de 28 de agosto de 2013, solicitando a retirada do item 24 constante da tabela de que trata o artigo 1º do Projeto de Lei nº 331/2013, constante da Mensagem Governamental nº 72, de 22/07/2013. O referido item 24, refere-se ao Lote 01 da Quadra 14, com área de 12.121,00m2 (antigo campo de futebol), da planta



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

denominada Residencial “Vale Verde”, localizado no Município de Figueira, pertencente à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

Tal solicitação do Senhor Governador, justifica-se pelo fato de a Secretaria de Estado da Educação – SEED ter interesse na aquisição do imóvel constante do item 24, com o objetivo de construir Escola de Educação Especial destinada a alunos com deficiência intelectual e múltiplas deficiências.

Vale ressaltar que a proposta em tela, atende ao preceituado na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), no que se refere a alienação de bens da Administração Pública.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL, com a inclusão de Emenda Supressiva.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 04/09/13

*Ang. P.*  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

*W. Q.*  
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO  
RELATOR

*B. B.*  
BÜHRER

*F. G.*  
FUGLIESI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 331/13**

Suprime o item 24 do art.1º do  
Projeto de Lei nº 331/13.



Com fulcro no que autoriza o artigo 137 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa e a solicitação do Senhor Governador por meio do Ofício CEE/G 139/13, de 29 de agosto de 2013, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para que seja suprimido o item 24 do artigo 1º, do referido Projeto de Lei.

Art. 1º. Fica suprimido o **item 24** do art.1º do Projeto de Lei nº 331/2013, permanecendo inalterados os demais artigos.

Sala das Comissões, em 04/09/13

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO WILSON QUINTERO**  
**RELATOR**

  
  
BÜHRER  
WAGNER



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER À EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 331/2013

Projeto de Lei nº 331/2013 – mensagem 72/13

Emenda Supressiva apresentada pela Comissão de Finanças

**Súmula:** Autoriza a Copel Geração e Transmissão S.A. subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira – Paraná, por meio de Licitação.

**EMENTA:** EMENDA SUPRESSIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §1º, E 141, II, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUPRESSIVA.

### PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a Copel Geração e Transmissão S.A. subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira – Paraná, por meio de Licitação.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, em data de 04 de setembro de 2013, a Comissão de Finanças, exarou parecer favorável, com a inclusão de Emenda Supressiva. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.** (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva, senão vejamos:

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



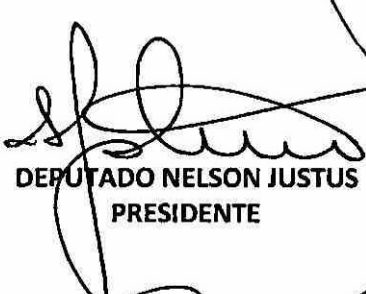
**§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)**

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Supressiva** apresentada pela Comissão de Finanças.

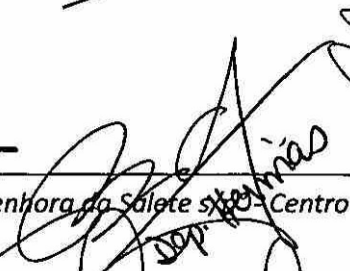


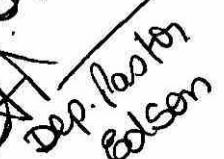
Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR  
RELATOR

  
  
**APROVADO**

10/09/13

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Lúci

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 331 / 13**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 72 / 13 - tem por finalidade autorizar a Copel Geração e Transmissão S. A. Subsidiaria Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira Paraná, por meio de licitação.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON GARCIA  
Presidente

  
Relator

W. QUINTEIRO

  
ADELINE R.

  
F. Souza



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 362/13

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**  
**Em, 19 AGO. 2013**  
**1º Secretário**

Declara de Utilidade Pública o Instituto Diamante Verde, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública do Instituto Diamante Verde, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2013.

**NEY LEPREVOST**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA

O Instituto Diamante Verde é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivos promover a cidadania e a proteção da natureza, através da conscientização das pessoas para a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. Além de produzir e difundir conhecimentos e práticas de agricultura familiar sustentável, com ênfase no bioma caatinga do semiárido baiano, buscando assim, mitigar os efeitos do aquecimento global sobre as comunidades daquela região.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 362/2013**

Projeto de Lei nº. 362/2013  
Autor: Deputado Ney Leprevost

***Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Instituto Diamante Verde, com sede e foro no Município de Curitiba.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS  
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DIAMANTE VERDE**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade o meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



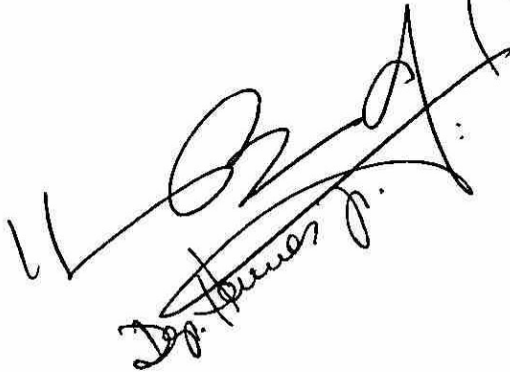

**CONCLUSÃO**



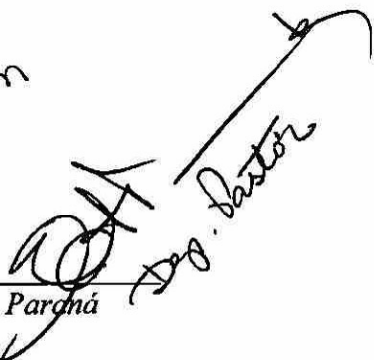
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**  
03.09.13 

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

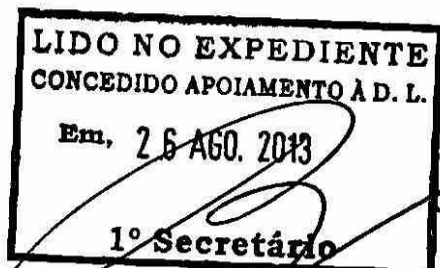


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 372/13




**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Fundação Universitária de Toledo - FUNIVERSITÁRIA, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Universitária de Toledo - FUNIVERSITÁRIA, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2013.

  
DUÍLIO GENARI  
DEPUTADO ESTADUAL



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## *Justificativa:*

A Fundação Universitária de Toledo - FUNIVERSITÁRIA, uma entidade sem fins lucrativos, fundada no dia 24/09/2005, vem atuando de forma intensa e dedicada às atividades da comunidade acadêmica, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, destacadamente priorizando as demandas sugeridas pela direção geral do Campus da Unioeste.

A entidade tem atuado na maioria dos cursos de pós-graduação dos três Centros do Campus e é responsável pela parte financeira e contábil dos cursos, formando mais de 146 alunos nas áreas de Pós – Graduação em Gestão e Ações Culturais; Assessoria Executiva II; Planejamento Gestão e Avaliação de Políticas Públicas III e Filosofia Política e do Direito II, bem como, promovendo estudos e pesquisa para implantação de abertura de novos programas de pós-graduação da Unioeste. Nas atividades de extensão, estão os convênios de cooperação técnica estimulando a realização de programas, projetos e eventos de cooperação em assuntos técnicos, científicos, educacionais, sociais, culturais e desportivos, contribuindo também com auxílio financeiro às várias solicitações de participação da comunidade em eventos científicos das áreas afins.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 80.875.925/0001-15, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por Lei, como Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Senhoras e Senhores Deputados da Assembléia Legislativa.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 372/2013**

Projeto de Lei nº. 372/2013  
Autor: Deputado Duílio Genari

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
**"FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TOLEDO-  
FUNIVERSITÁRIA**, com sede e foro na Cidade de  
Toledo.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS  
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TOLEDO- FUNIVERSITÁRIA**, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



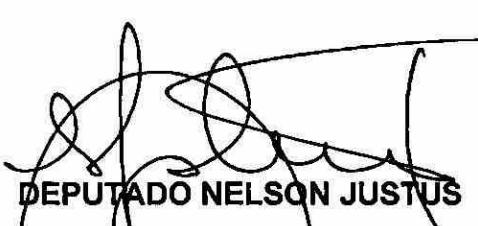
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*





**CONCLUSÃO**

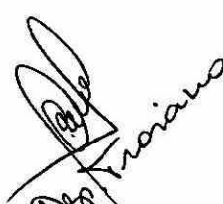

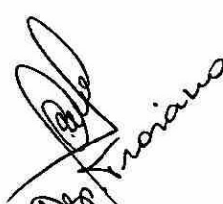

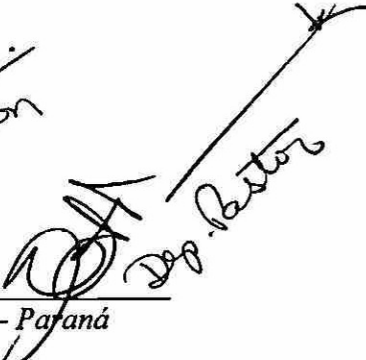
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**  
03.09.13 

  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**PROJETO DE LEI Nº 386 /2013.**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**  
**Em, 03 SET. 2013**  
*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA – APAE com sede e foro no município da FLORESTA.

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública a ‘ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA – APAE’ com sede e foro no município de FLORESTA.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2013.

*[Assinatura]*  
**PEDRO LUPION**  
Deputado Estadual



GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

**JUSTIFICATIVA**

A 'ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA – APAE' foi instituída no dia 09 de julho de 2010, conforme se verifica na inclusa certidão de Inscrição e de Situação Cadastral, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 12.256.507/0001-90.

Conforme se denota dos documentos anexo, trata a entidade de uma associação civil, beneficente, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, devidamente registrada sob o n.º 01/5.696 do livro A-024 do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, cosoante artigo 2º do incluso Estatuto da Associação.

Ainda pelo mesmo instrumento, temos no artigo 9.º e 10 a finalidade e a missão, respectivamente, da associação conforme determina o inciso III do artigo 1.º da Lei n.º 16.888/11.

Já a gestão administrativa, previsto no inciso V da mesma norma, está previsto no artigo 25 do Estatuto.

Por fim, se releva o fato da mencionada associação já ter sido declarada de utilidade pública pela Câmara Municipal de Floresta, conforme a Lei Municipal nº 973/2011, de 05 de outubro de 2011.

Em relação a documentação exigida pela legislação estadual, para a declaração de utilidade pública da instituição, acosta-se ao presente o Estatuto Social (anexo – I), comprovando que a entidade não tem fins lucrativos conforme artigo 1º, inciso III<sup>1</sup> da Lei Estadual nº 16.888/2011; declaração reconhecida em cartório de

<sup>1</sup> Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



## GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

que seus dirigentes não são remunerados, conforme inciso IV<sup>2</sup> do artigo 1.º da Lei Estadual nº 16.888/2011 (anexo - VI); certidão negativa (anexo - III); fotocópia da Lei Municipal nº 973/2011, de 5 de outubro de 2011 (anexo - VII); comprovante de inscrição e situação cadastral perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (anexo - II); certidão liberatória emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (anexo - IV); relatório das atividades desenvolvidas pela Entidade (anexo - V); ofício n.º 04/2013 de Floresta (anexo - VIII); bem como os demais documentos constantes no anexo IX.

Demais documentos explicativos em relação às atividades da associação.

Pelo exposto, se requer o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;

IV – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;

V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;

VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso.

VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.

§ 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

<sup>2</sup> V. nota 1.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 386/2013**

Projeto de Lei nº. 386/2013  
Autor: Deputado Pedro Lupion

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA- APAE**, com sede e foro no Município de Floresta.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA- APAE**, com sede no Município de Floresta e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

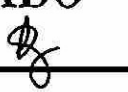
Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Laik

  
Dep. Laurion

**APROVADO**  
17/09/13 

  
Dep. Fumini

  
Dep. Pastor



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 386/2013**

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 386/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA- APAE**, com sede no Município de Floresta e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Floresta- APAE, com sede no Município de Floresta e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
**APROVADO**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI 387/13

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 03 SET. 2013


  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Agricultores de Perpétuo Socorro, com sede e foro no Município de Candói.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Agricultores de Perpétuo Socorro, com sede foro Município de Candói.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 2013.

  
PROFESSOR LEMOS  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



## JUSTIFICATIVA

Associação Comunitária dos Agricultores de Perpétuo Socorro, com sede e foro no Município de Cândói, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem como principal objetivo, realização de cursos e palestras sobre:

- Manejo e Pastagem;
- Diversidades de Pastagem;
- Reciclagem de Lixo;
- Capacitação e conscientização do Produtor Rural.

Associação Comunitária dos Agricultores de Perpétuo Socorro também coordena alguns Programas e Projetos, são eles:

- Patrulha Mecanizada,
- Participação no Programa de Sementes da Prefeitura,
- Participação no Programa de Calcário,
- Programa de Vacinação contra Brucelose,

Por se tratar de uma importante Associação que contribui significativamente ao município de Cândói e conseqüentemente ao Estado do Paraná é que propusemos a matéria em tela.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 387/2013**

Projeto de Lei nº. 387/2013  
Autor: Deputado Professor Lemos

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS**  
**AGRICULTORES DE PERPÉTUO SOCORRO,**  
com sede e foro no Município Candói.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA**  
**FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM**  
**ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES DE PERPÉTUO SOCORRO**, com sede no Município de Candói e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**




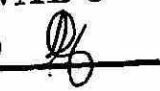
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

  
  
  
17/09/13 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 387/2013**

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 387/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública a  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS**  
**AGRICULTORES DE PERPÉTUO SOCORRO,**  
com sede no Município Candói e foro no Município  
de Guarapuava.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Agricultores de Perpétuo Socorro, com sede no Município de Candói e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

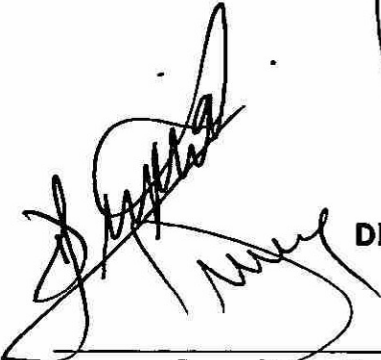
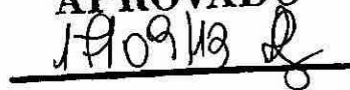
Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**

**RELATOR**

  
**APROVADO**  
17/09/13   
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 394/13

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Grandes Rios.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Grandes Rios, do imóvel constituído do terreno designado Lote nº 11/23-A-1-C, Quinhão nº 08, Gleba nº 02 e 03, com área de 2.292,00 m², conforme a Matrícula nº 4.974 da Serventia de Registro de Imóveis de Grandes Rios.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

**Parágrafo único.** O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

**Art. 3º** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 094/2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I – À **DAP** para leitura no expediente.

II – À **DL** para providências.

Em 04/09/13

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao Município de Grandes Rios, do imóvel constituído do terreno designado Lote nº 11/23-A-1-C, Quinhão nº 08, Gleba nº 02 e 03, com área de 2.292,00 m², conforme a Matrícula nº 4.974 da Serventia de Registro de Imóveis de Grandes Rios.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado, caso contrário o imóvel retornará, também, ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.171.263-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



14:29 09/09/2013 007785 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





**PARECER**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação ao Projeto de Lei nº 394/2013 (Mensagem nº 094/2013 na origem), de autoria do PODER EXECUTIVO que *AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE GRANDES RIOS.*

MENSAGEM ORIUNDA DO PODER EXECUTIVO -  
DOAÇÃO DE IMÓVEL A PREFEITURA -  
PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS -  
PARECER FAVORAVÉL.

Relator: Deputado PEDRO LUPION

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) n 394/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo doar, ao município de Grande Rios o imóvel constituído do terreno designado Lote nº 11/23-A-1-C, Quinhão nº 08, Gleba nº 02 e 03, com área de 2.292,00 m², conforme a Matrícula nº 4.974 da Serventia de Registro de Imóveis de Grandes Rios.



## Gabinete Deputado PEDRO LUPION

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, a proposição atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado exclusivamente para serviços públicos.

Por fim, frisa que consta da proposição dispositivos expresso no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Uma vez recebida a mensagem por esta Casa de Leis, foi encaminhada a esta Comissão conforme previsão regimental.

É O RELATÓRIO.

## II DA ANÁLISE E VOTO.

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão<sup>1</sup> é exatamente evitar a introdução ao

<sup>1</sup> A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que*



## Gabinete Deputado PEDRO LUPION

ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I<sup>2</sup>, do Regimento Interno.

Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar n° 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar n° 107, de 26/4/01.

Sobre a iniciativa de projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.* (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16<sup>a</sup>.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

<sup>2</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n° 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Gabinete Deputado PEDRO LUPION**

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65, o qual menciona:

*Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Ultrapassada a questão da iniciativa, a análise detida da proposição, revela não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

Deve-se considerar que a iniciativa para a proposição de Projetos de Lei que venham a disponibilizar bens pertencentes ao patrimônio do Estado é exclusiva do Poder Executivo, estando o presente PL de acordo com a legislação.

Ainda, conforme determina a Constituição do Estado do Paraná, os bens imóveis pertencentes ao Estado só poderão ser objeto de doação mediante Lei, nos termos do artigo 10, *in verbis*:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou*



## **Gabinete Deputado PEDRO LUPION**

*entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Logo, a via eleita é escoreita para repassar ao município o imóvel qualificado no Relatório do presente.

No mesmo sentido o Projeto de Lei está em conformidade com o que determina o artigo 17<sup>3</sup>, inciso I, alínea 'a' da Lei 8666/93, não havendo qualquer obste para sua aprovação.

Quanto ao conteúdo, também não vislumbro, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Assim sendo, nota-se que o projeto de lei em análise encontra-se amparado pelos princípios legais norteadores do Direito Público Constitucional, motivo pelo qual nada obsta seu prosseguimento.

<sup>3</sup> Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: [...]

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

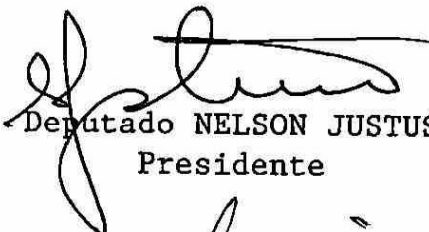
Gabinete Deputado PEDRO LUPION

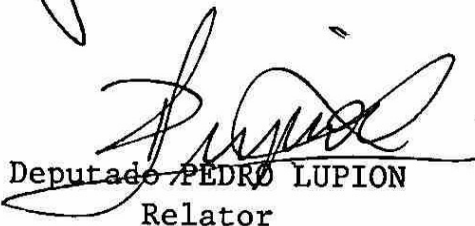


## III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 394/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 17 de Setembro de 2013.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator


  
Dep. Luciano

  
Dep. Carlos

  
Dep. Luciano

  
Dep. Luciano

**APROVADO**

17/09/13 





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 394/2013**

**Projeto de Lei nº 394/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 094/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Grandes Rios.**

**I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 394/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 094/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Grandes Rios, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal. O imóvel a ser doado contempla uma área de terra com 2.292,00 m<sup>2</sup>, referente ao Lote nº 11/23-A-1-C, Quinhão nº 08. Gleba nº 02 e 03, conforme Matrícula nº 4.974 da Serventia de Registro de Imóveis de Grandes Rios-PR.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 394/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Grandes Rios no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 394/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 094/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 394/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Grandes Rios, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 394/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 23 de setembro de 2013.*

**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

**JONAS GUIMARÃES**  
Relator

Teruo Kato

Elton Welter

Tercílio Turini

Pastor Edson Praczyk

Adelino Ribeiro



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 1.8 SET. 2013  
*[Assinatura]*  
1º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 26/13

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de julho de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de julho de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de setembro de 2013.

*[Assinatura]*  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

*[Assinatura]*  
**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
Relator

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Aureliano

*[Assinatura]*  
Aureliano



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

### Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA - 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 034/2013-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 034/2013-CTC, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de maio de 2013, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinados os documentos entregues, conclue este Relator, que as despesas constantes da Proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, merecendo Parecer Favorável, transformando essa Proposição em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 11 de setembro de 2013

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO WILSON QUINTEIRO**  
Relator

*Alcides*  
*Robiano*  
*Américo*  
*Burton*  
*Paulo*